



Recebido em 27/12/2024

Aceito em 28/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.56705

EDITORIAL

Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires

Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0001-6648-419>

Vinicius Rosalvo de Oliveira

Doutorando em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0003-3385-8890>

As edições publicadas no final do ano parecem carregar certa demanda por retrospectiva, certa demanda por um balanço do ano que passou. Nesse caso, é seguro dizer que a luta histórica pela valorização do trabalho de pós-graduandos/as (direitos trabalhistas, assistência estudantil e recomposição das bolsas) se fez presente em 2024, embora ainda careça do devido respaldo estatal para a implementação da garantia desses direitos. Por outro lado, em um tom positivo, apesar da continuidade dos ataques às Humanidades e, em específico, à História por meio de plataformas e influenciadores digitais, o ano que passou parece consolidar a tendência de maior presença on-line de historiadores/as e mesmo de departamentos na disputa por espaço na esfera pública digital.

Ao contrário das acusações de vivermos em torres de marfim, há tempos que historiadores/as vem se engajando em novas mídias como meios alternativos de contação de histórias e de publicização das produções acadêmicas. Nesse sentido, pensando em uma revisão do que foi o ano para a Em Tempo de Histórias, destaca-se certo ímpeto transformativo: aquela ideia de que a execução de um projeto de futuro começa no presente. Ou seja, refletir sobre este último ano da revista é, antes de mais nada, iluminar os caminhos que levaram a esta edição e aqueles que já começamos a traçar.

Dois anos após completar 20 anos de atividades e iniciar um profundo processo de reformulação, este 44º número da Em Tempo de Histórias chega para reafirmar nosso compromisso com a qualificação do conhecimento histórico produzido por jovens pesquisadores. Além do investimento em comunicação, por meio de plataformas digitais, visando uma maior disseminação do conhecimento publicado em nossas edições e a consolidação de uma rede de historiadores - autores, pareceristas e leitores, este novo número tem o prazer de contar com nossos novos editores.

Como resultado de nosso esforço pela diversificação de quadros e a consolidação de um corpo editorial mais representativo da rica produção historiográfica nacional, nossos novos editores foram selecionados por meio de um edital público que buscou incorporar historiadores externos à Universidade de Brasília à nossa equipe. Acreditamos que a defesa do conhecimento científico depende de uma maior integração entre os programas de pós-graduação e da divulgação do conhecimento produzido nesses espaços.

Essa característica polissêmica, no entanto, não se encontra apenas no novo Corpo Editorial. Como celebrado por nossas colegas no primeiro editorial deste ano, o coletivo é necessário para a Em Tempo de Histórias permanecer ativa. Essa existência tem, como pressuposto, um conjunto de muitas vozes, pertencentes a vários lugares do país. Nosso coletivo, entre editores/as, autores/as e pareceristas, é composto por graduandos/as, especialistas, mestrandos/as, doutorandos/as, professores/as e pesquisadores/as formados/as, cuja multiplicidade constrói a riqueza do nosso cotidiano.

De certa forma, é exatamente por falarmos em muitas vozes que nosso próprio nome termina em plural. Estamos, constantemente, no tempo de várias histórias. O que, para este número 44, se inicia com um trabalho que aponta para estas subjetividades tão presentes no fazer historiográfico. Intitulado “Dilemas e sensibilidades do “Tempo Presente” na emergência da “Era Vargas” como objeto historiográfico”, o artigo do mestrando da Universidade Estadual de Santa Catarina, Wesley dos Santos Graper, buscou delinear como, no decorrer do século XX, historiadores e historiadoras olhavam para seu passado recente e encontravam obstáculos e preocupações do presente em que escreviam.

Graper demonstra como, ao olharem para a Era Vargas em meio ao contexto de produção científica possível durante a Ditadura Militar, estes pesquisadores e pesquisadoras enfrentaram uma questão central para nossa disciplina até hoje: do que pode a história falar? E por meio de quais tipologias de fonte, ou por intermédio de quais historiadores e historiadoras pode ela se construir? Preocupações que, em certa medida, permanecem no cerne da historiografia atual, - ainda que, hoje, possamos ensaiar respostas diferentes.

Afinal, os coletivos compostos por singularidades olham para o passado por várias lentes. E um exemplo desse dinamismo temporal, o qual apresenta perspectivas diferentes, é encontrado no artigo “Modernidade à brasileira: a relação entre antigo e moderno nos documentários Engenhos e Usinas (H. Mauro, 1955), Aruanda (L. Noronha, 1959) e A Bolandeira (V. Carvalho, 1969)”.

Escrito por Isadora Remundini, doutoranda da Universidade Estadual Paulista, este trabalho tem como base três documentários brasileiros produzidos entre as décadas de 1950 e 1960. Ao explorar a ideia de modernidade do período e a ambivalência do termo nestas produções, a autora permeia a coexistência entre progresso e marginalidade, o passado e as disparidades regionais. Seria o Brasil um país pertencente ao não-lugar de acordo com os documentários analisados? Nem moderno, nem atrasado? Rumo ao progresso, mas estagnado em exclusões? A visão de um tempo sobre si mesmo, explorado por intermédio de suas produções audiovisuais, é

uma das lentes de acesso ao passado neste número.

Aqui, vemos como, dos documentários trabalhados por Remundini, à História do Tempo Presente que assim não se nomeia revisitados por Graper, um mesmo recorte temporal no Brasil pode apresentar diferentes propostas teórico-metodológicas para pensarmos nossas produções. Mas e se voltarmos ainda mais no tempo e, em uma paisagem oitocentista, pensarmos a documentação produzida pelos ministros de Estado brasileiros por uma perspectiva nova? É esta a proposta do artigo “Gênero epistêmico”, patologia social e classificação nosológica na Armada Imperial (1839-1850): formulação de uma biopolítica e aplicação de um imposto disciplinar”, do mestrando da Universidade de Brasília, Pedro Henrique de Souza Ribeiro.

Tendo como ponto de partida os relatórios dos ministros da marinha imperial brasileira, Ribeiro propõe classificar a documentação trabalhada como um “gênero epistêmico”, buscando um referencial teórico que sustente a análise que, por fim, acaba por cunhar o termo “imposto disciplinar” - uma espécie de ferramenta da biopolítica exercida pelo Estado brasileiro à época. O autor sugere visitar a década de 1850 no Império brasileiro sob a ótica da política médica na Marinha, a qual não enquadra doença como “variação quantitativa” de uma normalidade. Em uma realidade pós-pandêmica, é um tanto difícil evitarmos um certo presentismo que, entre as submissões para este número, ocupou um lugar de destaque em produções que se preocuparam com a história da medicina, da patologia e das doenças.

É este, em suma, o tema central do artigo “História da Medicina Medieval: Uma Revisão das Pesquisas Recentes sob o espectro da História Global (2018-2023)”, da mestranda da Universidade Federal de Ouro Preto, Ana Vitória Vieira. Ao desempenhar um levantamento bibliográfico das obras que trabalharam a medicina medieval entre 2018 e 2023, a autora trouxe para seu trabalho uma discussão atual da historiografia: a metodologia da História Global. Com o objetivo de alimentar o diálogo acerca de uma perspectiva integrada, Vieira buscou examinar a evolução das produções sobre medicina medieval e as possibilidades que uma abordagem globalizada confere aos estudos sendo feitos sobre o tema atualmente. Afinal, é a partir destas produções que são criadas muitas das ferramentas de historiadores e historiadoras. Especialmente quando pensamos nos profissionais que levam o fazer historiográfico para a sala de aula.

Em “Quando as doenças contam uma história: uma análise sobre o ensino da História das Doenças no Brasil em livros didáticos do Ensino Fundamental (PNLD 2022)”, do mestre pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Jonas Cleverson Pereira de Melo Júnior, a sala de aula é o grande palco onde a história das doenças é dissecada. Ao colocar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), em sua edição de 2022, no centro de sua investigação, o autor busca responder ao questionamento “O que a História nos ensina sobre as doenças?”. Atrelado aos estudos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Curricular Comum, a submissão explora os livros didáticos em seus conteúdos, iconografia e exercícios, de forma a compreender como estes temas são explorados nos materiais didáticos de História no Brasil de hoje.

Este é um reflexo, de certa forma, da importância do diálogo entre a produção historiográfica atual e de seu uso no ensino de História. Algo que, neste número, também foi central entre as nossas submissões. Em seu “A leitura na sala de aula: a trilogia “O Legado de Orísha” para o ensino de História da África e do Brasil afrodescendente”, o mestrando da Fundação Getúlio Vargas, Lucas Xavier Anselmo, propõe um conjunto de obras literárias como alternativa para o cumprimento da Lei 10.639/03. Partindo da trilogia “O Legado de Orísha”, de Tomi Adeyemi, o autor demonstra como as três obras, e em especial, o primeiro volume, podem ser usadas no ensino da história e cultura afro-brasileira.

Enquanto país de dimensões continentais, a relevância de trabalhos que exploram a multiculturalidade de nossas trajetórias e passados é proporcional ao tamanho do território nacional. E o ensino de história, nesse ponto, é fundamental. É esta a reflexão, em parte, sugerida pela especialista Marcia Dutra da Silva e pela doutora Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento, da Universidade Estadual do Maranhão, em seu artigo “Interculturalidade do Festejo Junino Caxiense: cultura popular, identidade e valorização social e educacional”. Partindo de uma investigação desempenhada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UEMA, as pesquisadoras buscaram responder à pergunta: “de que forma a ressignificação da cultura popular poderá ajudar no processo de reconstrução da identidade e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense?”.

Em uma abordagem quali-quantitativa, o estudo explorou temas importantes como identidade, interculturalidade, tradição, valorização social e educacional de um evento regional relevante para aquela comunidade. Em certa maneira, como uma prática ou um evento regional podem ser constitutivos das características de um grupo é o foco em comum entre este trabalho e o próximo. Intitulado “A selbsthülfe (autoajuda-mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX”, o artigo tem como foco a implantação das primeiras cooperativas rurais no sul do Brasil. Josei Fernandes Pereira, doutorando da Universidade de Passo Fundo, e Professor Assistente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, trabalha a formação de uma cultura local, imbuída de questões como a busca pela qualidade de vida, mentalidade associativa, princípios cooperativistas e práticas de poder ao longo da Primeira República.

Ainda sob uma perspectiva regionalista, a nota de pesquisa do graduando da Universidade Federal do Oeste do Pará, Cléberson Fonseca Silva, revisita uma obra consagrada na tradição paraense. Em “Análise historiográfica da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cézar Ferreira Reis”, o pesquisador trabalha os avanços e os aspectos problemáticos de um estudo que busca delinear a história deste município sem a devida atenção à multiplicidade cultural e social da região. E é neste tom de reflexão social, com o enfoque sobre as várias classes e grupos étnicos marginalizados na história, que fechamos o número 44 da Em Tempo de Histórias, com a nota de pesquisa “Conflitos entre ricos e pobres na Cristandade do Primeiro Século: As cartas de Paulo aos coríntios e a carta de Tiago”. O graduando da Universidade de São Paulo, Ramon Delfino Caji, tem como pano de fundo as comunidades judeu-cristãs urbanas do Império Romano. Somos transportados, em sua escrita, para as problemáticas das

assembleias de Corinto e de outras comunidades por meio das cartas de Paulo e da carta de Tiago.

Este editorial, construído a quatro mãos, reflete as transformações que a Em Tempo de Histórias protagonizou nos últimos meses, proporcionando um espaço de construção da pluralidade que deve compor a produção científica de discentes e docentes brasileiros. Da Contemporaneidade à Antiguidade, de temas caros à construção teórico-metodológica da história e de seu ensino, convidamos nossos leitores e leitoras a explorar nossa última publicação do ano de 2024.